



Senhor Presidente
da Assembleia Legislativa,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo

Encerramos agora a discussão e análise do Plano e Orçamento da nossa Região para 2006.

Trata-se – é sempre bom lembrá-lo – de um momento solene para os nossos órgãos de governo próprio. Desde logo para esta Câmara, que exercita assim um poder clássico e prototípico de qualquer parlamento: a concreta afectação dos recursos públicos é feita de modo livre e soberano pelos directos representantes do povo dos Açores, num poder conformador e decisivo dos documentos propostos pelo nosso Governo.

Daí decorre o momento político-institucional de grande relevo que a todos nos cabe. E daí, naturalmente, urge vislumbrar, para além das grandezas e relações entre os números, as opções políticas fundamentais que nos cabem tomar.

Aqui, ainda e sempre, é a discussão política que relevará. Da eficiência do Governo e do seu desempenho face ao Plano e Orçamento de 2005, que por decorrência dos mecanismos democráticos, há pouco mais de seis meses aprovámos; da defesa dos órgãos de governo próprio face às fontes do nosso financiamento, constitucional, estatutária e legalmente definidas; dos concretos montantes que realisticamente se prevêem podermos contar para o próximo ano e da sua concreta afectação e distribuição espaciais.

Subjacentes estarão sempre – como não podia deixar de ser -, princípios e desempenhos políticos axiológicos de monta, como a concreta e empenhada defesa dos nossos direitos num Estado que de Direito se reclama; do cumprimento de princípios não postergáveis de eficiência e rendibilidade reprodutiva na afectação desses recursos; de prossecução de princípios políticos fundamentais como a coesão e solidariedade inter-regional, nuns Açores insulares e arquipelágicos e onde, para além do mar atlântico, a solidariedade e a discriminação positiva têm que chegar, de S. Maria ao Corvo.

É pois, ainda e sempre, de política, Senhoras e Senhores Deputados que estamos a falar, e que nos cumpre falar – para além das diáfanas colunas de números.

E aí testemunhámos, ao longo destes três dias de trabalho parlamentar, que temos um Governo e uma maioria motivados. Um Governo e uma maioria enriquecidos e estimulados por nove anos de honrada e gratificante gestão dos nossos destinos colectivos; justamente honrados e – porque não dizê-lo? – orgulhosos da obra feita. Conscientes do muito que objectivamente fizeram para mudar os Açores para melhor. Conscientes de que os Açores são hoje muito melhores e mais justos para todos os açorianos.



E desenganem-se aqueles, adeptos ainda talvez duma inércia fatalista que já experimentámos, que tal hodierno estado de coisas se deve ao facto, simples e cronológico, de terem passado nove anos! A vida não é isto certamente, e a Autonomia não se fortalece assim.

Ao invés, foram as opções políticas estratégicas de uma maioria Nova, que teima em ser ainda e sempre, uma Nova Maioria, feita de mulheres e homens, com competência, visão, arrojo e princípios, que desbravando novos caminhos, ao nível político-institucional e de concreta gestão pública das coisas açorianas – têm logrado este caminho de progresso, desenvolvimento, solidariedade e coesão!

Mas é fundamental sobretudo perceber – e quem acompanhou estes três dias de trabalho parlamentar está condenado a ter percebido – que para esta maioria sempre Nova, maior que o orgulho da obra feita, é o ânimo para lançar mão à obra que ainda falta fazer; que sempre falta fazer, até porque os açorianos também elevaram o seu patamar de exigência, face à nova realidade alcançada.

E que o entusiasmo e o ânimo para enfrentar o que falta fazer não se compadece já com auto-contemplações, mesmo que fundadas e justas.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Novos desafios, novas obras, novos trabalhos, novas medidas, mais solidariedade e mais coesão. É isto que nos ocupa já.

É certo que crescemos neste percurso construtivo e construtor. Ganhámos experiência. Tornámo-nos mais maduros. Continuando fiéis à necessidade de uma cada vez mais permanente auto-crítica, de boas e honoráveis tradições. E que se torna cada vez mais necessária. Não por causa de qualquer fadiga ou amolecimento à sombra do poder. Mas porque uma análise séria e realista do quadro político-institucional que se vive nos Açores conduz-nos à constatação de que, na vida político-partidária regional, designadamente nesta Assembleia, estamos decididamente mais sós. Talvez mesmo por uns tempos, irremediavelmente sós.

É que a liderança do principal partido da oposição não sobreviveu à auto-proclamada vitória nas últimas eleições autárquicas.

Aquando da discussão do Plano e Orçamento para o corrente ano, deparámo-nos com um PSD com liderança ausente em Lisboa. Temos agora um interregno de liderança. Por isso estamos, no debate parlamentar, mais sós. O que nos obriga a ser, à laia de compensação, ainda mais responsáveis, cada vez mais auto-exigentes. Temos que curar, agora como sempre, dos Açores todos. E temos ainda, num permanente exercício dialético



de auto-crítica, tentar responder bem àquilo que a oposição nem nos questionou mas tinha o dever de nos perguntar e espicaçar... Se não estivesse de baixa política!

Este estado de coisas traz-nos, é certo, alguma apreensão. Acrescenta-nos mais uma responsabilidade. Vamos ainda e sempre, tentar colmatá-la. E pelo tempo que for preciso. Sabemos já que aqueles que há dois anos nos acusavam em refrão de pré-campanha de estarmos em fim de ciclo – se esgotaram já, soçobrando à confiança renovada e ampliada que os açorianos nos confiaram.

E, não querendo menosprezar o direito de auto-organização e gestão interna dos outros partidos, mas sabendo todos que as suas vicissitudes, porque do âmago da política estamos a tratar, interessam sempre à Cidade, atrevemo-nos, face ao conhecido e publicado, a perspectivar que as mudanças adivinhadas são, como sonetava Camões, “diferentes em tudo da esperança”. Não se prepara uma renovação, mas antes um regresso ao passado...

E nós já sabemos que “a História não se repete, a não ser sob a forma de farsa ou de tragédia”. E tudo indica que, em termos de coerência, competência e energia, no PSD, “já não se muda como soia”. Oxalá nos surpreendam. Os açorianos merecem isso. E, já agora, esta maioria também!

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A execução que o IX Governo Regional logrou alcançar relativamente ao Plano e Orçamento para o corrente ano, constituem indubitavelmente um confiável penhor acerca da exequibilidade e realismo dos documentos provisionais para 2006 que estivemos a analisar.

Conformado por metas seguras, como o equilíbrio das contas públicas, o não endividamento líquido da Região, o reforço da capacidade de financiamento com receitas próprias e uma aposta estratégica, quantitativa e qualitativamente progressiva e sustentada ao nível do investimento público – o Plano e Orçamento para 2006 constituem documentos realistas, credíveis, confiáveis e que dão confiança aos investidores privados e sociais.

Apesar do orçamento para 2006 não prever receitas advenientes da venda de participações no sector público, como ocorreu este ano, o investimento público atinge uma taxa de crescimento de 25%.

A auto-sustentabilidade financeira da Região é reforçada, com o aumento das receitas próprias, que representam já mais de 70% do total das receitas, sendo estas, na sua quase totalidade (90%), receitas fiscais.

As receitas fiscais crescerão, assim, numa previsão realista, cerca de 18,8% em relação ao presente ano, sobretudo à custa dos aumentos esperados ao nível do IRC e do IABA, e ainda pela incorporação do ISP nas receitas fiscais.

As transferências da União Europeia serão da ordem dos 26,3 milhões de euros com origem no FEDER.

Outros fundos comunitários (FEOGA, IFOP, FSE e novamente FEDER), na parte correspondente às empresas públicas, totalizarão 88,4 milhões de euros.

Por outro lado, o esforço de contenção ao nível das despesas correntes, reflectir-se-á no total da despesa pública, com uma previsão de 874 milhões de euros.

As despesas do Plano de Investimentos conhecem um acréscimo de 25%, sem contar com as receitas do sector público empresarial. Ainda ao nível da desagregação espacial, regista-se um aumento quantitativo e percentual em oito ilhas, para além de o montante das dotações não desagregadas diminuir em 19% relativamente ao corrente ano.

De referir ainda os elevados montantes de investimento previstos para as ilhas da Coesão. As transferências do Orçamento de Estado para 2006 atingem um valor de 229,1 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 2,1% relativamente ao presente ano. A manutenção do montante de transferência efectuado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, bem como a redução das verbas adstritas ao co-financiamento da Reconstrução do Sismo de 1998 – estão na base desta realidade.

Nesta matéria, face à sua importância, convém falar claro. Se é certo que o esforço de contenção e disciplina das finanças públicas do Estado deve ser apoiado pelo todo nacional, até porque só temos autoridade para reclamar solidariedade se entendemos e exercitarmos o conceito como via de dois sentidos; se é ainda certo que as transferências do Orçamento de Estado para 2006 para os Açores não põem em causa o equilíbrio das nossas Contas Públicas nem do nosso Plano de Investimentos – a verdade é que não podemos aceitar como razoável e admissível, no âmbito irrenunciável dos princípios, que a Lei das Finanças das Regiões Autónomas seja suspensa. Porque a solidariedade, sendo via de dois sentidos, pode até ser ajustada; mas o Estado de Direito, a Constituição e a Lei não podem nem devem sofrer interrupções.

Nem nos consola tão pouco uma suspensão em co-autoria. A suspensão de um instrumento legal na concretização e sustentação das Autonomias, feita em Lisboa com a colaboração activa dos partidos do chamado Arco Constitucional – merece e só pode merecer a nossa viva apreensão. Por isso mesmo fomos nos Açores o único partido que tomou posição clara e atempada sobre esta matéria. Pois é: a tal solidão institucional não é, infelizmente, mera retórica parlamentar.

Nem nos reconforta tão pouco o voto contra o Orçamento de Estado por parte dos deputados do PSD na Assembleia da República. É que face ao seu silêncio, tal voto só pode ser entendido como otário – quer dizer, por causa da Ota -, e nunca motivado por qualquer putativa defesa dos Açores!



Nessa matéria aliás, merecem pequena nota mas vivo repúdio, os Requerimentos que os deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte entregaram na Assembleia da República, a pretexto do Orçamento de Estado, e em claro tom de crítica soez à política de sucesso que o governo legítimo dos Açores tem seguido em matéria de finanças públicas regionais. O estilo tacanho, o espírito desbragado, mesquinho e invejoso de tais prosas desqualificam e descredibilizam por completo quem, apesar das naturais divergências políticas, gostaríamos todos de acreditar que fizeram missão de vida servir os Açores e a Autonomia. Verdadeiramente lamentável!...

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A educação tem sido verdadeiramente uma prioridade dos governos do Partido Socialista. As transformações e evoluções, infra-estruturais, institucionais e organizativas, bem como de formação e equipamento tecnológicos das escolas – tornam a situação actual incomparável com o estádio em que o mesmo sector definhava em 1996.

Temos hoje um parque escolar renovado na sua quase totalidade. Uma gestão das escolas verdadeiramente autónoma e descentralizada. Temos hoje escolas inclusivas, que integram de pleno direito as crianças e jovens portadores de deficiência. Temos um corpo docente estabilizado.

A aposta numa escola pública centrada nos alunos e motivadora de todos os agentes educativos; uma escola pública que acompanhe, pelos seus recursos humanos e tecnológicos, a atractividade tecnológica e comunicacional do mundo circundante a que pertence; uma escola pública propiciadora do sucesso e duma igualdade real de oportunidades como objecto de cidadania activa, desenvolvimento pessoal e qualidade e competitividades colectivas; uma escola pública de qualidade e sucesso, em que o investimento em capital humano está na origem, no processo e no resultado.

Ao nível do investimento infra-estrutural, naturalmente mais propício a uma elencagem descritiva, é de salientar, quer pelo seu volume financeiro, quer pelo potencial número de beneficiários, e para além da continuada aposta no parque escolar do 1º ciclo, a construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (Escola de S. Carlos), a construção da Escola Secundária Manuel de Arriaga, nesta cidade da Horta, bem como o prosseguimento da requalificação da EB2 Roberto Ivens.

De destacar ainda a reparação e adaptação ao ensino secundário da EB 2,3 de Vila Franca do Campo, a construção das Escolas Básicas de Ponta Garça e de Rabo de Peixe e a construção da EB 2, 3 Ferreira Drummond, e o início do projecto para a EB 2, 3 do Ramo Grande.



O combate à pobreza e à exclusão social, como fenómeno multi-dimensional, continuará a merecer, por parte do Governo Regional um conjunto de respostas integradas, transversais e inter-departamentais; envolvendo as IPSS's, as Misericórdias e mesmo a cooperação com áreas da responsabilidade do Governo da República, como aquelas que têm a ver com a Segurança e a Justiça.

Os novos grupos de risco, como sejam designadamente os repatriados, os sem-abrigo, os imigrantes e as mulheres vítimas de violência – continuam igualmente a merecer a atenção e o investimento infra-estrutural e social por parte do Governo.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

O grau de acesso ao emprego é um indicador pluri-significativo. Que desde logo afere a capacidade de cada comunidade consubstanciar o direito fundamental ao trabalho, constitucionalmente consagrado.

No 3º trimestre de 2005 voltámos a ser a Região do país com mais baixa taxa de desemprego – apesar da evolução do corrente ano ter revelado um ligeiro acréscimo da taxa relativamente aos anos anteriores. É certo que os indicadores nacionais e internacionais não podem deixar de influenciar, também neste aspecto, uma economia pequena, aberta e dependente como é a nossa. Mas estamos muito longe dos 7,7 % do país.

Assim se confirmam, aliás, as virtualidades do nosso Plano Regional de Emprego e a evolução positiva da nossa economia.

Efectivamente, o número de empregados tem vindo a aumentar desde 1998, e a Região tinha, no 3º trimestre deste ano, 105.928 trabalhadores activos.

Apesar dos indicadores económicos recessivos dos principais mercados externos, a taxa de crescimento do fluxo de turismo no corrente ano relativamente ao período homólogo imediatamente anterior deve situar-se em cerca de 20%, graças sobretudo ao mercado estrangeiro, o que diz tudo acerca da aposta estratégica que tem sido prosseguida ao nível da promoção turística.

O investimento privado continua a crescer a bom ritmo entre nós, tendo as candidaturas aos diversos programas de incentivos ultrapassado mais de dez milhões de euros no presente ano.

De referir também a consagração, no Plano de 2006, e pela primeira vez, do apoio ao micro-crédito, como forma activa de combate ao desemprego e à exclusão social, com proveitos óbvios em termos de economia, através do aproveitamento das energias e saberes de muitos dos nossos concidadãos, que apenas precisam de uma ajuda inicial, para darem uma contribuição útil, responsável e autónoma à sua comunidade.

O apoio à coesão merece igualmente destaque no Programa de Apoio à Coesão e às Parcerias Público-Privadas, com o valor global de 20 milhões de euros. Para além das despesas inerentes à manutenção de preços uniformes de combustíveis em todas as ilhas e à subsidiação do preço de bens essenciais e ao transporte de mercadorias entre as Flores e o Corvo e ao transporte de farinha e cimento entre todas as ilhas – destacamos a inclusão do pagamento da electrificação das Fajãs de S.Jorge, que aliás foi objecto de Resolução nesse sentido por parte deste Grupo Parlamentar na sessão legislativa anterior. Igualmente a empresa, em fase de registo, que irá fazer os investimentos estratégicos nas Ilhas de Coesão, pretende adquirir, já no próximo ano, os terrenos para construção do campo de golfe de S.Maria e à construção do hotel da ilha Graciosa, bem como proceder à elaboração dos respectivos projectos de arquitectura. De salientar ainda o compromisso do Governo de, em sede dos sistemas de incentivos de desenvolvimento regional, majorar suplementarmente o incentivo a fundo perdido dos respectivos investimentos nas Ilhas de Coesão.

Ao nível da promoção das acessibilidades e ao nível infra-estrutural são de realçar os vultuosos investimentos, já em curso, nas aerogares da Terceira, S. Jorge, Pico e Flores, bem como no aeroporto do Pico. Seguir-se-á a ampliação e reabilitação do aeródromo de S.Jorge, a efectivar já no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

No que concerne às infra-estruturas portuárias, de destacar o projecto Portas do Mar, a reparação do porto da Praia da Vitória e os núcleos de recreio náutico de Vila do Porto, das Velas e das Lajes do Pico, bem como a conclusão das obras de reparação do porto das Lajes das Flores, a ampliação do terraplino do cais comercial das Velas, e ainda o projecto de ordenamento dos portos da Horta e da Madalena.

Ao nível dos meios de transporte, a Sata Air Açores deverá optar pelo novo modelo de avião já no próximo ano, e que se traduzirá num investimento da ordem dos 60 milhões de euros. Estando igualmente em fase preparatória a aquisição das novas embarcações para o transporte marítimo de passageiros e veículos, que se deverá efectivar em 2008.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A aposta na agricultura, como sector tradicional mas insubstituível da nossa economia, com as suas múltiplas imbricações – desde logo ao nível do ordenamento e preservação do nosso território – mantém-se naturalmente para o próximo ano de 2006.

A devolução das multas aos nossos produtores, que se concretizará ainda no corrente ano, bem como a distribuição da quota leiteira que terá, já em 2006, efeitos na estabilidade e rendimento das explorações devem ser destacadas, até porque são questões importantes ao nível da prossecução de um objectivo fundamental: o aumento do



rendimento dos nossos produtores. Ao nível da produção de carne, cumpre igualmente destacar a continuação dos investimentos que visam a alteração do processo tradicional da venda em vivo e na melhoria dos circuitos comerciais e de distribuição, com os inevitáveis ganhos de rendimento e de competitividade que lhe estão associados.

Do investimento previsto para o próximo ano, cumpre sublinhar os que se destinam a melhorar e ampliar a rede de caminhos agrícolas, rurais e florestais, o reforço de distribuição de água e energia às explorações e à reestruturação fundiária.

De realçar ainda os trabalhos preparatórios já iniciados com vista à construção das novas instalações para o Laboratório Regional de Veterinária e o Parque de Exposições, ambos na ilha Terceira.

Ao nível das infra-estruturas rodoviárias prevê-se um forte investimento em 2006, bem como neste quadriénio, onde se estima atingir mais de 400 km de beneficiação de estradas regionais, sem contabilizar o projecto das SCUT's.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Continuar-se-á a prosseguir, também de forma transversal e multi-departamental, que a nossa Região prossiga na senda de um desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental.

Há pois, como foi muito bem dito por este Grupo Parlamentar na discussão sectorial dos documentos ora em análise, que prosseguir a luta por uma sociedade sustentável, desenvolvendo uma cidadania ecológica e uma ética de cuidado, tendo em vista o objectivo global de promoção do equilíbrio ambiental. O que aliás só se conseguirá com a promoção da democracia, da justiça, da educação, da solidariedade e do acesso aos meios para uma vida digna.

O Plano para 2006 permitirá pois prosseguir uma estratégia regional para a conservação da natureza e da bio-diversidade, para a elaboração e concreta gestão de planos de ordenamento e áreas prioritárias, como áreas protegidas, bacias hidrográficas, orla costeira e áreas da Rede Natura 2000.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,



Este é um bom plano. Este é um bom orçamento. E se é certo que demos uma contribuição activa na sua fase preparatória, é esta a primeira vez que o GPPS não efectuou quaisquer propostas de alteração a propôr a esta Câmara.

É que não temos, nesta Maioria, nem crises de consciência nem crises de puberdade! Sabemos o nosso lugar e o nosso valor na ajuda dinâmica, solidária e crítica, com que co-responsavelmente ajudamos a governar os Açores.

Trabalhamos diariamente com os açorianos. Pelo que a nossa vontade propositiva dispensa o afã do exibicionismo e orienta-se pela instrumentalidade ao serviço das boas políticas e da boa gestão.

Esta maioria – e o seu governo – está, no quadro político-partidário mais só. Lamentamos. Mas não nos vamos deprimir por causa das sucessivas trapalhadas e crises do principal partido da oposição.

Aliás, de forma preventiva e sóbria, já tínhamos traçado um rumo e uma estratégia de diálogo, auscultação e debate, em coligação com os açorianos.

Por eles aqui estamos. A eles servimos. Com honra e orgulho. Com determinação. Com confiança e humildade. Promovendo o diálogo e a livre crítica constantes. Que para nós não são álibis, mas a preparação natural do nobre processo de decidir e optar.

Assim continuaremos. Com confiança no futuro. Com confiança nos Açores. Com confiança no futuro dos Açores e dos Açorianos!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Outubro de 2005
Francisco Coelho